

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Diante de notícia veiculada através de rede social da Internet, segundo a qual o Ministério Público de Pernambuco recomendou à UPE a anulação das provas do seu concurso público para o cargo de Assistente Técnico Universitária na função de assistente Administrativo, a CONUPE esclarece aos candidatos:

- 1- Diferentemente do que foi veiculado, não houve parente de nenhum membro da comissão executora ou realizadora, como foi ali denominada, inscrito no referido concurso, mas sim de uma servidora componente da Comissão de Coordenação, comissão esta que em nada se envolve com a execução do concurso;
- 2- Foi a própria Universidade quem informou ao MPPE a existência de quatro sobrinhos dessa servidora como candidatos àquela função do concurso e não apenas uma, como fora anonimamente denunciado;
- 3- Para a função de Assistente Administrativo com lotação no Grande Recife, função e localidade para as quais os quatro parentes da servidora se inscreveram, houve 23.958 (vinte e três mil, novecentos e cinquenta e oito) candidatos. Destes, 6.774 (seis mil, setecentos e setenta e quatro) faltaram à prova. Dos 17.148 (dezessete mil, cento e quarenta e oito) que compareceram à prova, apenas 527 (quinhentos e vinte e sete) não conseguiram atingir o ponto de corte, restando, portanto, 16.657 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e sete aprovados), para uma oferta de 62 (sessenta e duas) vagas para a função

Os descendentes da mencionada servidora alcançaram, apenas, os 1.946^o (milésimo nongentésimo quadragésimo sexto), 7.631^o (sete milésimo sexcentésimo trigésimo primeiro), 9.159^o (nove milésimo centésimo quinquagésimo nono) e 15.113^o (quinze milésimo centésimo décimo terceiro) lugares na classificação do concurso.

Portanto, não há um mínimo de esperança de classificação, para qualquer um deles, de ocupar uma das vagas ofertadas, o que deixa claro que a participação da servidora na Comissão de Coordenação do concurso em nada os beneficiou.

- 4- O MPPE, cumprindo o seu valioso papel junto à Sociedade, acatou a denúncia anônima, embora esta tenha se baseado apenas na suposição de beneficiamento dos quatro candidatos, e **recomendou** à UPE a anulação da prova para a referida função.

A Universidade agendou para o dia 22 do corrente mês uma audiência com o Ministério Público, em que pretende dialogar com a Promotora de Justiça que instaurou o Processo, no sentido de prestar-lhe maiores informações sobre a questão.